

2ª quinzena de março de 2002

AD
VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 98

O brasileiro José Luís Del Roio é um dos principais nomes do movimento antiglobalização econômica no mundo todo. Ele mora na Itália desde os anos 70, depois de deixar o Brasil na ditadura militar. Lá, ajudou a criar o mais forte movimento de resistência ao neoliberalismo da Europa: o italiano. Em entrevista ao jornal Adverso, Del Roio fala, entre outras coisas, de resistência e do atual momento do movimento internacional antineoliberalismo.

Página 12



PÉ NO FREIO

Crise mundial ameaça até a Ford da Bahia

A mega-montadora Ford vem descendo a ladeira, e com os dois pés no freio. Em janeiro, seu novo diretor mundial, Bill Ford, anunciou que a empresa precisará fechar cinco fábricas nos Estados Unidos, causando milhares de demissões. Até 2005, deverá cortar 35 mil empregos. A crise ameaça inclusive a recém-inaugurada fábrica da Bahia, que, se a coisa apertar, poderia até ser fechada.

Páginas 6 a 7





Governo não respeita acordos da greve

O governo federal aprontou para as universidades diferentes medidas durante os meses de janeiro e fevereiro, como se acreditasse continuar forte apesar da greve dos professores no ano passado. Uma foi a de não respeitar o acordo fruto da paralisação. Deixou os docentes de 1º e 2º graus sem o reajuste acordado e aprovado em lei no congresso. Pior: sem nenhuma explicação para o fato. Provavelmente ouviremos de novo aquela cantilena de engano no Siap, erro de algum burocrata menor ou que não-sei-quem de não-sei-onde não informou o que deveria ter informado.

A outra é a criação do PQI (Programa de Qualificação Institucional) que vem substituir o PICDT. Esse foi criado para tornar a qualificação dos docentes e técnicos das universidades federais mais difícil de ser realizada graças à burocratização implementada. E se não bastasse, corre o risco de ser um programa com sérios problemas de lisura. Este novo modelo, já implantado desde fevereiro, agora depende de protocolos institucionais. Um professor somente terá direito a bolsa se atender os requisitos institucionais tanto da instituição em que está trabalhando como da que irá recebê-lo. Com toda esta burocracia que se apresenta neste novo programa, certamente serão beneficiados aqueles que conseguirem burlá-la. Mas o maior problema é que este programa está sendo adotado sem nenhuma discussão com os mais interessados ou aqueles que sofreram suas conseqüências: os professores e as instituições públicas de ensino.

Certamente que, para combater estas práticas, a direção do Sindicato Nacional – ANDES vai agir depois que o leite já está derramado. Aconte-

ceu quando resolveu protestar contra a GID, quando ela estava aprovada no Congresso Nacional, em fevereiro do ano passado. A única resolução foi contra a sua regulamentação. Veio a greve e o Sindicato passou a tomar medidas para regulamentar a GID. Quanto ao PQI, não foi diferente. Protestou em Rio Grande, quando ele já estava sendo adotado pelas universidades. Em relação às fundações de apoio segue o mesmo rumo. Abre uma campanha contra, quando elas já estão instaladas e minaram grande parte do sistema de ensino. Hoje temos faculdades pelo Brasil em que a receita advinda destas fundações é superior em muito aos recursos públicos. E é necessária uma discussão sobre este assunto, desprovida de fundamentalismos que vêm o dinheiro privado como algo perverso e corrompendo os professores. Neste sentido a luta da representação docente no Consun da Ufrgs é exemplar pela gratuidade do ensino. Luta única neste Brasil, que está trazendo frutos concretos e saindo dos limites do sindicato.

Estas questões estão diretamente ligadas à reforma do Estado promovida por este governo. Elas visam flexibilizar as relações de trabalho para que os salários possam ser rebaixados e as garantias tiradas, com a intenção de facilitar a introdução do capital internacional. Reduzindo a parte dos trabalhadores na receita da empresa, atrairiam os especuladores e facilitariam a entrada do Brasil na Alca. Precisamos nos opor a isto para continuar tendo uma universidade gratuita, de qualidade e que possa servir de referência para o povo brasileiro.

Cubano-americano de extrema-direita

Novo funcionário norte-americano responsável pela América Latina, Otto Reich, assumiu o cargo dia 11, sendo criticado pelo governo de Cuba. Reich, de origem cubana, foi qualificado como "terrorista" e "porta-voz dos piores interesses da extrema-direita norte-americana". Grande defensor das sanções econômicas de mais de quatro décadas impostas pelos Estados Unidos a Cuba, Reich foi contra a idéia de abrir o mercado norte-americano a produtos cubanos e esteve envolvido na controversa estratégia do ex-presidente Ronald Reagan contra o governo sandinista da Nicarágua, na década de 80.

Espanhóis protestam

Vários jovens espanhóis protestaram dia sete, em Madri, contra a aprovação da nova Lei de Qualidade Educativa, que regularizará e desenvolverá os preceitos da Lei Orgânica Universitária (LOU). A manifestação é contra os planos reformistas do governo do presidente José María Aznar. Há duas semanas, milhares de pessoas e diversos coletivos sociais vêm rechaçando a LOU, aprovada no Legislativo graças à maioria absoluta do governante Partido Popular. Trata-se de um novo método de seleção de alunos nas faculdades que, segundo sindicatos estudantis, diminuirá o caráter público da educação.

Bienal de São Paulo

A 25ª Bienal de São Paulo, que abrirá suas portas ao público dia 23 de março, no Pavilhão Ciccillo Matarazzo, parque do Ibirapuera, terá a curadoria do alemão Alfons Hug. Nessa edição, intitulada "Iconografias Metropolitanas", os Núcleos Históricos (espaços museológicos) foram extintos. "A Bienal não é museu, não tem que fazer retrospectivas de Van Gogh, de Picasso... A Bienal é um espaço criativo", diz Hug. A Bienal 2002 será, também, a maior em números de países representados de todos os tempos. São 70 países representados por 190 artistas. Todas as obras são inéditas e foram feitas exclusivamente para a exposição e a partir do espaço expositivo. A mostra será dividida em cinco segmentos: "11 Metrôpoles", "Representações nacionais", "Núcleo Brasileiro", "Salas Especiais" e "Net Arte".

Protocolo de Kyoto

Fernando Henrique Cardoso ratificou dia 13 o Protocolo de Kyoto, que tem como meta reduzir as emissões de gases-

estufa na atmosfera. Com a assinatura de Fernando Henrique Cardoso, o Protocolo será encaminhado agora ao Congresso Nacional. O Protocolo de Kyoto recebeu, em julho do ano passado, a adesão de 178 países que se comprometeram a diminuir os efeitos do aquecimento do planeta, reduzindo em 5,2% a emissão dos gases que provocam o efeito estufa. Os Estados Unidos não apóiam o acordo alegando que essa meta compromete a economia do país. O Greenpeace lembrou da importância da participação do governo brasileiro na Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), que será realizada em agosto deste ano, em Johannesburgo, na África do Sul, e da ratificação de outros acordos internacionais para a proteção ambiental, porque, mesmo dez anos depois, pouco foi feito para combater as mudanças climáticas.

Previdência privada em colapso na Inglaterra

O sonho de uma aposentadoria tranquila com pensão igual ao último salário da ativa garantido pela previdência privada – uma das promessas do neoliberalismo thatcherista – acabou. Centenas de milhares de cidadãos britânicos que aderiram a fundos de pensão privados estão sendo aconselhados por grandes seguradoras privadas a voltar para o setor estatal, segundo noticiou a Agência Carta Maior no último dia 14. Nos próximos cinco anos, três milhões podem voltar para a Previdência Social, derrubando a tentativa do governo Tony Blair de aliviar o peso dos gastos previdenciários. O fracasso foi admitido até mesmo pelo presidente da Associação Nacional dos Fundos de Pensão, Peter Thompson, durante uma conferência realizada em Edimburgo, capital da Escócia. "Os jovens devem pensar bem antes de decidir com que tipo de pensão querem contratar", alertou. Para o diretor de desenvolvimento de pensões da Scottish Equitable, Stewart Ritchie, "com a queda da expectativa de retorno dos mercados financeiros" o rendimento dos fundos de pensão "não está crescendo suficientemente para cobrir o aumento crescente da longevidade". Assim, quem está na faixa dos 50 anos não terá o dinheiro com que sonhou um dia diante da propaganda enganosa da previdência privada.



4º CONED

Congresso discute educação excludente e privatista

A política educacional brasileira se sustenta hoje na concepção de uma educação do Banco Mundial, excludente e privatista. É para debater este e outros assuntos relacionados à educação que se realiza de 23 a 26 de abril, no palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo, o 4º Congresso Nacional de Educação (Coned). O Brasil é um dos países do mundo e, mesmo da América Latina, que menos investe em Educação. Enquanto a Venezuela utiliza mais de 8% do seu PIB nessa área, o Brasil investe menos de 4% do PIB. Além disso, é um dos países com o maior índice de analfabetismo em todo o mundo. Atrás do Brasil estão a Índia, a África do Sul e o Egito. Em Cuba, porém, o analfabetismo já foi praticamente erradicado, e o Uruguai, o Chile e a Argentina, sem falar nos países europeus, estão bem à frente do Brasil neste quesito.

A 1ª vice-presidente da Andes-SN e coordenadora do GT Política Educacional, Maria da Graça Bollmann, uma das responsáveis pelo Coned, lembra que, ainda que vigorem no Brasil campanhas milionárias, principalmente nos últimos sete anos, com o Alfabetização Solidária, o número de analfabetos pouco ou nada diminuiu. Para ela, o problema está na falta de investimento numa educação de qualidade, em que haja "democratização no acesso e permanência". "O que acontece é o contrário. A política sustentada na ausência de planejamento com financiamento garantido, compromissos com os profissionais da educação, em que a sua dignidade seja resgatada por meio de uma carreira justa, com base numa boa formação, básica ou continuada, uma formação plena, em lugar dos cursos aligeirados, à distância", explica, dando um exemplo de um dos assuntos que serão debatidos no evento sob o tema geral "Garantir direitos, verbas públicas e vida digna: uma outra educação é possível".

O 4º Coned terá os seguintes eixos temáticos: Organização e Avaliação da Educação Nacional, Gestão Democrática da Educação Nacional, Financiamento da Educação Nacional e Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação. A expectativa é de que cinco mil pessoas participem, o mesmo número dos eventos anteriores, em Belo Horizonte (1996 e 1997), e em Porto Alegre (1999). Maria da Graça afirma que o Coned, em "seu triplo caráter, formativo, informativo e de diagnóstico", é hoje o único evento de caráter nacional que levanta e denuncia os principais problemas da educação nacional. "Além disso, estabelece uma proposta de política educacional para todos os níveis e modalidades da educação, da Educação Infantil, Fundamental e Média (Educação Básica) à Educação

de Jovens e Adultos e à Educação Superior", explica.

Socializar

A tarefa do evento é socializar o acúmulo dos setores organizados da sociedade, no campo da educação, alicerçado em valores que supõem uma sociedade justa e igualitária. "Uma outra educação é possível. Esta tem sido a utopia do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública há bem mais de uma década - sobretudo desde a Constituinte - atuando na defesa intransigente da educação pública, gratuita, para todos, em todos os níveis, com qualidade social", diz. O Fórum é integrado por diversas entidades, entre elas a Andes, que estão elaborando uma proposta de educação, referenciada numa concepção de mundo, sociedade, estado, homem e escola, "diferenciada daquela que os setores hegemônicos da política educacional brasileira defendem, a visão mercadológica nos moldes requeridos pelo Banco Mundial para a educação".

Maria da Graça salienta que as políticas econômica e educacional implementadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e seus antecessores, junto com seus aliados estaduais e municipais, reproduzem e aprofundam o processo de exclusão a que a maioria da população brasileira vem sendo submetida ao longo de sua história. Daí a importância do Coned, espaço de luta do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

O desafio do evento é ampliar as condições para mobilizar e organizar os trabalhadores em Educação e outros setores da sociedade para enfrentar e superar as políticas educacionais vigentes. Pretende, ainda, possibilitar uma intervenção qualificada e crítica na elaboração e implementação de planos estaduais e municipais de educação, referenciados no Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira.

O 4º Coned, lembra Maria da Graça, acontecerá em um contexto de enfrentamento entre dois projetos opostos de educação: um do governo atual, autoritário, excludente, de natureza privatista; outro democrático, inclusivo, com qualidade social, público e gratuito sob a responsabilidade do Estado. O tema "Garantir Direitos, Verbas Públicas e Vida Digna: uma outra Educação é possível" traduz essa perspectiva de embate e aponta a possibilidade de mudança. "Vamos construir uma outra ordem em que a dívida social acumulada pelos desmandos de um Estado elitista e autoritário seja revertida para viabilizar uma nação autônoma, democrática e soberana", frisa.

Programa de qualificação Institucional

Os próximos bolsistas da Capes serão incluídos no Programa de Qualificação Institucional (PQI), que substituirá, a partir do segundo semestre de 2002 o Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnico (PICDT), criado há 26 anos. O novo programa envolve pesquisa e pós-graduação e se diferencia do atual por ser um projeto de cooperação entre instituições de ensino superior (IES) dentro do País. "Do ponto de vista institucional, ficou melhor", avalia a vice-pró-reitora de Pós-Graduação da Ufrgs, Lia Terezinha Silva.

A justificativa da Capes para substituir o PICDT é de que, com o passar do tempo, o programa gerou situações que comprometeram sua eficácia, como o predomínio da decisão individual na capacitação docente; ausência de definição de áreas em linhas de pesquisa e o baixo retorno dos investimentos em qualificação. De acordo com documento da Capes, os projetos de cooperação propostos pelo PQI, sustentados por projetos de pesquisa, devem mudar o perfil do ensino, da pesquisa e da pós-graduação nas IES.

Os interessados devem pertencer ao quadro permanente das IES e contar com pelo menos 14 anos de atividade até a aposentadoria por tempo de serviço, quando iniciar sua qualificação. Caberá às IES de origem, entre outras atribuições, definir critérios institucionais para seleção, priorizar projetos de cooperação e manter um sistema de acompanhamento e avaliação. Já as IES cooperantes devem oferecer condições adequadas, selecionar os docentes e técnicos candidatos à qualificação e orientá-los para que concluam o projeto dentro do prazo programado.

O PQI prevê a concessão de bolsas de mestrado (máximo de 24 meses) ou doutorado (máximo de 48 meses) e de passagens aéreas para o deslocamento dos docentes e técnicos. Quando o docente estiver na IES de origem, os valores das bolsas e outros benefícios serão de 50%. Maiores informações podem ser obtidas no site www.capes.gov.br.

PÓS-GRADUAÇÃO

Assembléia ratifica o fim da cobrança

A gratuidade no ensino de pós-graduação, que vem sendo avaliada e discutida pelos professores nos últimos meses, gerando inúmeros documentos, voltou a ser tema da assembléia dos docentes da Ufrgs dia 14. Os professores presentes aprovaram uma moção, que será encaminhada ao Conselho Universitário (Consun), às direções das unidades e

a toda comunidade universitária, propondo a garantia de gratuidade para os cursos de pós-graduação, sejam acadêmicos ou profissionalizantes.

Segundo a professora Maria Aparecida Livi, membro da comissão que avalia o assunto, a portaria que regulamenta os mestrados profissionalizantes abre uma brecha legal para cobrança, quando prevê o autofinan-

ciamento dos cursos. Ficou claro nas questões colocadas na assembléia que nem todos os professores têm uma opinião formada sobre o assunto e que é preciso fomentar a discussão em todas as unidades.

A assembléia aprovou também uma outra moção que revela o posicionamento dos docentes sobre a realização de pesquisas eleitorais com a

marca da Ufrgs. A polêmica surgiu depois que dados de uma pesquisa sobre a prévia no Partido dos Trabalhadores, realizada por professores da Ufrgs, foram divulgados por um colunista de um jornal local. O documento aprovado pelos docentes sugere que as pesquisas eleitorais realizadas pela universidade sejam usadas apenas para fins acadêmicos.

ELEIÇÕES NA ANDES-SN

Chapas apresentam propostas

Luiz Carlos Gonçalves Lucas - Andes Autônoma e Democrática



Eu gostaria de dizer que o debate político é um debate que deve ser feito até à raiz, sem agressões pessoais mas com absoluta explicitação de tudo aquilo que nos difere. Sabemos que não somos antagônicos, sabemos que não somos inimigos uns dos outros. Temos inimigos, sim, e que são

muito fortes, os quais temos que combater permanentemente. Eu não fugirei a algumas, não diria, provocações fraternas, mas algumas solicitações de manifestações que me foram feitas. Não faz parte do nosso estilo. Eu gostaria de lembrar que esse País teve um partido que se dizia o maior do ocidente, que deu amplo apoio à ditadura e que garantiu o fato de ser sempre majoritário durante um período anterior à derrocada do regime autoritário, entre muitos expedientes, através da mudança das regras eleitorais antes de cada eleição. Talvez eu fosse injusto em relação à antiga Arena, antigo PDS, hoje PPB, se fizesse essa referência sem observar que talvez muito raramente eles tenham feito isso a três meses da campanha.

Por essa razão nós entendemos que regras devem ser mantidas e não podem ser mudadas ao sabor de qualquer conjuntura, quaisquer que sejam os argumentos empregados para uma alteração casuística. Com as dificuldades que às vezes a preservação da identidade acarreta num ano eleitoral, eu gostaria de dizer que nós temos uma história, nós nos orgulhamos muito, e dentre muito o que nós achamos que podemos oferecer como contribuição a esse sindicato há inúmeros pontos que poderiam ser destacados. Hoje eu destacaria, sobretudo, a coerência.

Nós dirigimos Andes-Sindicato Nacional ao longo da maior parte dessa história. Nós nascemos em 1986 no embate em que de um lado se colocavam aqueles que entendiam que este deveria ser um sindicato democrático sem que se conformasse em termos das suas estruturas a um modelo de federações que tanto contribuiu para o corporativismo sindical, entre nós. Entendíamos também que deveria ser um sindicato autônomo. Nós somos os continuadores daqueles que em 1986 não deixaram que esse sindicato se atrelasse à aventura da nova república. Nós continuamos ao longo do tempo a defender essa autonomia e a defender a formulação das decisões coletivas pela manifestação da base.

Se nós nos reportarmos apenas ao que tem acontecido na história recente deste sindicato e como nós temos uma história e entendemos que os nossos opositores têm também o direito de ter a sua, se nós nos reportamos apenas à história recente, porque o meu tempo não permitiria mais, haveremos de ver que no ano de 1998 chegou ao poder na direção deste sindicato uma diretoria que se apresentava como nova, uma diretoria que, por diversas vezes, no INFORMAndes, nos diversos periódicos dos seus apoiadores, se referia sempre à nova Andes. Dentre a nova Andes que se procurou criar durante esse período, essa nova velha Andes que continuava as tradições com as quais nós lutamos desde 1986.

Entre esta Andes e o outro que é o nosso, nós defendemos sem nenhuma ambigüidade, nós defendemos o Andes velho de guerra. Se alguma vez esse sindicato ti-

ver que optar entre o desacato e a subserviência não tenho dúvidas que nós preferiremos o desacato. Mas como essa disjuntiva nem sempre se apresenta ou muito raramente se faz presente, o que nós propomos é, como antes, condução cotidiana das nossas atividades, simplesmente aquilo que tem sido feito pela atual diretoria o que se caracteriza pela combinação da maior serenidade com a mais absoluta firmeza. Serenidade e firmeza que mostramos ao longo dos dois anos em que estivemos na oposição, assumindo quem nós éramos.

Houve uma diretoria que se elegeu naquela época às custas de um discurso demagógico em que sustentava que a situação salarial dos docentes das universidades brasileiras era decorrente de uma suposta posição política a favor da defesa dos interesses dos servidores públicos federais e que se recusava a olhar para os interesses docentes específicos. Nunca nos furtamos a assumir quem éramos e quando se explorou com facilidade um certo sentimento de descontentamento que vigorava em relação à situação salarial nós estivemos na defesa de uma diretoria que foi sempre totalmente digna e quando no início, já no início da gestão passada, o INFORMAndes foi usado como um veículo de corrente e não como um jornal de todo sindicato, e quando nas páginas do INFORMAndes pessoas honradas foram agredidas, e acusadas de condutas que são na realidade delitos, quando se falou especificamente que houve apropriação indébita de recursos do sindicato, com toda a circulação de 80 mil exemplares do INFORMAndes, e que depois ao final seriam obrigados a se retratar no Congresso em que eram absolutamente minoritários.

A acusação espalhada para 80 mil pessoas foi motivo de uma retratação em 500 cópias para delegados de congresso. Quando isso se fez nós mantivemos a serenidade e mantivemos também a firmeza, e hoje, companheiros, quando temos uma questão delicada para ser tratada pelo nosso coletivo, não é outra a nossa atitude, não é outro o nosso comportamento. É preciso fazer menção à questão das contas deste sindicato, é preciso fazer menção não para discuti-las aqui, o que seria inadequado, mas para desconstituir um discurso muito fácil de que não há garantia de direito de defesa para pessoas que estão sujeitas, não neste evento, mas em evento posterior a sofrer algum tipo de sanção estatutária.

E quando nós não propusemos que houvesse deliberação sobre isso neste congresso, quando nós remetemos essa deliberação para o próximo CONAD, nós fizemos isso para garantir o exercício de defesa, que é absolutamente inquestionável. Faz parte da nossa história, faz parte do nosso comportamento garantir isso, e eu gostaria de citar, para não ser injusto mais uma vez, que entre as atitudes daqueles que hoje clamam por esses direitos eu as considero muito louváveis.

Se nós compararmos o que se diz hoje com um comportamento de três anos atrás, nós veremos que há uma evolução, e uma evolução certamente positiva. Eu parablenizo todos aqueles companheiros nossos que hoje defendem o direito de defesa. Talvez eles tenham na sua paixão, que é paixão às vezes exaltada, como é natural nos convertidos, talvez eles tenham um entendimento hoje um pouco perturbado a respeito dessa questão mas de qualquer modo é profundamente salutar que tenha havido essa evolução. Companheiros, nós tivemos durante esses últimos dois anos a mobilização desse sindicato, não a negociação de cúpula como muitas vezes se pretendeu fazer, mas nós tivemos a mobilização da base, uma diretoria

que foi sempre fiel nas deliberações das nossas instâncias. Essa foi a nossa conduta, essa continuará sendo, nós chegamos na atual gestão, passamos um sindicato que se tinha praticamente esfacelado e que já não era interlocutor junto ao conjunto das forças sociais à esquerda desse País, que era apenas interlocutor de gabinetes.

Nós sucedemos a uma administração que foi absolutamente omissa, enganação à grande questão política da atual conjuntura que são os desdobramentos da reforma do estado. Nós sabemos que essa reforma ameaçou e ainda está ameaçando perigosamente a universidade brasileira. Quando a gestão anterior assumiu, a reforma administrativa estava ainda em andamento. Ao final do ano de 1998, foram promulgadas a emenda 19 e a emenda 20. Não houve sequer divulgação para o conjunto do sindicato do que se estava passando no Congresso. Durante todo o ano de 1999, tramitou o Decreto Lei nº 57, depois transformado na Lei 9962 do Emprego Público. Que discutiu, me apontem, por favor, uma linha daquele jornal de corrente e não do sindicato em que se transformou o INFORMAndes, que tenha minimamente divulgado isso?

Nós demos a resposta que essa categoria nos seus melhores momentos sempre foi capaz de dar às políticas governamentais. Nós dissemos "não, isso é antagônico. Nós não temos como negociar essa questão". E nós vencemos. Não é ainda uma vitória definitiva porque sabemos que justamente pelas múltiplas maneiras que o velho sempre tem de se fazer passar por novo, nós com toda certeza teremos pela frente ainda um trabalho enorme, em relação ao disfarce que hoje está se adotando na tramitação e na continuidade da reforma do estado, especificamente sobretudo naquilo que tem a ver com a lei, com o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica.

Diante disso, companheiros, a resposta que nós daremos é aquela que sempre demos: nós não negociamos. Não temos por que fazer isso, não vamos negociar na cúpula. Se um dia as nossas bases entenderem que sim, certamente nós cumprimos, mas temos certeza que as bases desse sindicato haverão de ser capazes de resgatar a sua história, e é justamente porque o resgate dessa história começou na atual diretoria que nós haveremos de continuar. Eu não traria para vocês um discurso fácil, de dizer que já ganhamos, nós ganharemos se houver regras, nós ganharemos se houver mobilização, nós temos certeza e embora não seja certo que não haverá uma vitória nós achamos que isso é muito provável e é provável entre outras coisas porque onde houver um professor neste país haverá alguém que saberá sem ser injusto e sem dizer que isso está sendo de alguma maneira procurado através de algum tipo de acordo escuso. Não é isso, não se trata disso.

Eu não acho que as pessoas que são os nossos opositores vão fazer esse tipo de articulação mas qualquer professor nesse País haverá de saber quem vai ser nas próximas eleições o grupo que terá a preferência do ministro Paulo Renato. E é por isso, dentre outras coisas, que nós acreditamos que temos muitas razões para sermos otimistas. Eu terminaria conclamando todos para que participem naquela forma, naquela bela maneira de participar que sempre foi a nossa, com democracia, com emoção, e com razão também. Participem dessa luta que é de todos nós para fazer com que esse sindicato não retorne ao que foi o seu triste percurso entre os anos 1998 e de 2000. Eu conclamo a todos para essa luta para não apagar o futuro.

Durante o 21º Congresso Andes-SN, em Rio Grande, de 23 a 28 de fevereiro, foram apresentadas as propostas das duas chapas que disputam as eleições nacionais dias 22 e 23 de maio. A chapa 1, Andes Autônoma e Democrática: Para não Apagar o Futuro, é composta por Luiz Carlos Gonçalves Lucas (Adufpel), para o cargo de presidente, Celi Zulke Taffarel (Adufba), secretária-geral, e José Vitorio Zago (Adunicamp), para 1º tesoureiro. A chapa 2 Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta, tem como presidente Maria Aparecida Ramos Meneses (Adufpb-JP), secretária-geral Helena Serra Azul (Adufc) e Rubens Weyne (Adufrgs) como 1º tesoureiro. Acompanhe, a seguir, a transcrição das propostas dos dois candidatos a presidente, apresentadas no congresso.

Maria Aparecida Ramos Meneses - Uma Nova Andes é Possível



Boa tarde a todos. Eu gostaria de chamar o companheiro Rubens Weyne, da ADUFRGS, companheiro da chapa, candidato a tesoureiro, para fazer parte aqui da apresentação da nossa chapa. Gostaria de justificar a ausência da companheira Helena Serra Azul, candidata a secretária geral por ter se ausentado deste plenário para participar

de uma banca no Ceará. Gostaria de chamar o companheiro Joviniano Soares de Carvalho, presidente da AD da Bahia, candidato a segundo vice-presidente, para se fazer aqui presente, a companheira Eliane Leão, da ADUFG Goiás, segunda secretária e o companheiro Sérgio Gonçalves, terceiro tesoureiro da ADCEFET, Rio de Janeiro.

Eu gostaria de iniciar a minha intervenção dizendo que sou tomada aqui da emoção porque acho que este é um momento histórico para o sindicato. Talvez a emoção não me permita ser racional o suficiente para não deixar de me emocionar, e esse é o momento que emociona nós, da chapa "Uma nova Andes é possível". E eu quero iniciar dizendo e fazendo alusão a um intelectual, mas sobretudo um revolucionário que pra mim simboliza muito, até porque me influencia muito. É uma figura extremamente frágil fisicamente, talvez, extremamente colocada na pessoa, extremamente política, que foi um político como poucos. Eu gostaria de fazer uma intervenção aqui, tendo por base o velho Gramsci, até por que eu tenho uma identificação política muito grande com ele. E ele dizia mais ou menos isso: que o que motivava, que a coisa que ele tinha mais prazer na política era encontrar um interlocutor, um interlocutor em concreto. Ele só sabia fazer política com um interlocutor e a chapa que nós apresentamos hoje ao conjunto dos companheiros, e que será levada a todo o canto deste País, é uma chapa com essa perspectiva, a perspectiva da interlocução política, da discussão nas bases do outro debate para que os professores se posicionem, para que a sociedade saiba que na Andes existe uma alternativa ao que está colocado aí e que as hegemonias, eu volto a repetir neste plenário, elas não estão dadas a priori. Pode estar até dada aqui, mas não está dada na base no conjunto dos professores e é esta a alternativa que se coloca aqui.

É com a ousadia, e talvez essa ousadia até irrite, porque muitas vezes quando se é maioria não se gosta de ouvir o contraditório, que eu digo aqui que nós vamos enfrentar um debate político, sim, companheiro Lucas, com todo respeito, com toda admiração que nós queremos ter pelo companheiro, mas um debate político ferrenho porque a primeira questão que se coloca é saber qual é o papel do sindicato, na discussão política nacional que se apresenta agora para a gente. Nós temos absoluta clareza de que não é possível que a gente não enfrente de forma decisiva e clara a condição a que o nosso País está submetido, uma condição dependente, subalterna, servil que coloca a maioria do povo brasileiro em condições de catar lixo para comer. O nosso sindicato nacional tem a obrigação política de dizer à sociedade que tem projetos alternativos, sim, ao que está aí.

O primeiro debate que nós trataremos será a discussão do Estado/Nação, do papel que é colocado hoje para o Brasil.

Qual a importância da discussão da soberania nacional hoje, qual é a importância da discussão do papel do Estado, não esse Estado que está aí, que nós não queremos. Mas nós queremos resgatar, sim, a soberania de um povo, que está submetido à condição de subalterno e nós queremos dizer que a universidade exerce um papel fundamental neste processo.

Não é possível que Paulo Renato, na revista Exame, diga que o único papel que nos resta é ser repassador de conhecimento que já está dado lá fora e que a gente não trave essa discussão política para que essa Universidade, enquanto instituição fundamental para o desenvolvimento nacional, cumpra o papel. É necessário que a gente saiba que nós temos que ligar esse papel à discussão de qual é o projeto de Estado e o projeto Nação que nós queremos ter. Por isso, nós dizemos aos professores que, sim, interessa essa discussão. Eu não poderia deixar de fazer referência à última greve que nós vivenciamos, talvez a maior da história deste sindicato. A maior não só do ponto de vista da adesão mas do ponto de vista da unidade política que caracterizou essa greve. Essa unidade política, companheiro, tem que ser ressaltada porque embora divergências existam, o que caracterizou a greve foi a unidade contra o projeto neoliberal e o projeto do Fundo Monetário Internacional, que queria impor uma derrota a um dos únicos setores neste País que resiste bravamente à implementação dessa política neoliberal.

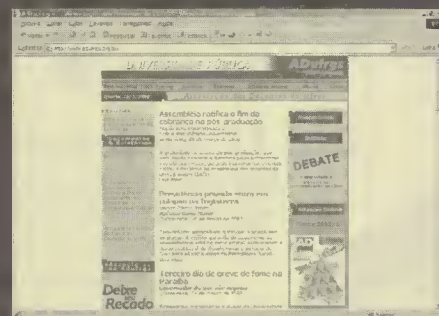
As imposições desse projeto não foram suficientes para derrotar a força e a mobilização dos professores que em greve tiveram os seus salários cortados, mas entenderam que era o momento de resistirem para não entregarem a universidade. E é com essa mesma disposição que nós vamos enfrentar a discussão e temos absoluta certeza que na política pelo debate esta chapa ganhará o conjunto dos professores e será vitoriosa para dirigir uma nova Andes. E ela será vitoriosa porque aglutina um leque de companheiros de luta, um leque de companheiros que pertencem às diversas forças do campo democrático mas sobretudo que se respeitam, pelo debate político que travam, que se respeitam não pela adesão mas pela possibilidade do plural, pela possibilidade do diálogo e da interlocução.

Eu gostaria de dizer que talvez a história seja colocada para dizer que o novo não tem espaço, que o novo não tem história. Eu gostaria de lembrar o companheiro Lucas, que em 1986, então presidente do DCE da minha universidade, eu travava junto com os professores a luta política, nas ruas, nas passeatas. História, todos nós temos. A construção dessa Andes é por termos história. E é por querer resgatar aquela Andes que enfrentou a ditadura militar, aquela Andes combativa, organizada e plural é que nós trazemos a opção do novo sim, e eu quero terminar dizendo, lembrando aos companheiros que é incrível a força que as coisas parecem ter quando elas precisam acontecer e o novo precisa prevalecer na Andes com a unidade do velho. Mas o novo terá oportunidade, porque uma nova Andes é reclamada pelo conjunto da categoria docente. Uma nova Andes começa a se instaurar nesse congresso e vocês tenham uma plena certeza que a fragilidade ou aparente minoria neste congresso se revelará numa grande força política que colocará a Andes nos rumos de um projeto nacional, e que colocará a Andes nos rumos de uma Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Laica mas sobretudo que diz à sociedade os caminhos, que aponta saídas. Uma nova Andes será realidade após maio, companheiros, à vitória, porque esta chapa já é vitoriosa.

INTERNET

Notícias diárias, relatórios da categoria e a versão eletrônica do jornal Adverso estão em

www.adufrgs.org.br



Acompanhe o debate sobre a gratuidade e o ensino de pós-graduação na Ufrgs

BALANCETES

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64		
BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2001		
RUBRICAS / MESES	SET	ACUMULADO
ATIVO	2.284.788,31	
FINANCEIRO	2.033.058,27	
DISPONÍVEL	203.435,08	
CAIXA	6.718,33	
BANCOS	78.847,28	
APLICAÇÕES G/LIQUIDEZ IMEDIATA	218.069,41	
REALIZÁVEL	1.729.573,24	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.525.155,18	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.525.155,18	
CREDITOS A REALIZAR	204.417,06	
DEVEDORES	3.000,00	
CREDITOS A RECUPERAR	187.951,86	
ADIANTEMENTOS A FUNCIONÁRIOS	2.897,20	
PREMIOS DE SEGURO A VENCER	626,20	
ATIVO PERMANENTE	251.750,04	
IMOBILIZADO	244.945,41	
BENS MÓVEIS	74.073,90	
BENS IMÓVEIS	197.167,83	
REFORMAS EM ANDAMENTO	98.856,13	
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	65.952,45	
DIFERIDO	6.834,53	
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	8.987,88	
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	1.853,25	
PASSIVO	2.119.213,49	
PASSIVO FINANCEIRO	257.090,47	
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	238.968,18	
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	3.819,49	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00	
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	0,00	
CREDORES DIVERSOS	235.146,69	
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	18.122,29	
PROVISÕES PRECARGOS O/PESSOAL	18.122,29	
SALDO PATRIMONIAL	1.892.123,02	
ATIVO LÍQUIDO REAL	806.980,49	
SUPERÁVIT ACUMULADO	1.283.172,62	
ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS - FOLHA 2		
RUBRICAS / MESES	SET	ACUMULADO
RECEITAS	91.865,75	822.395,41
RECEITAS CORRENTES	71.254,59	638.674,36
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	71.254,59	838.674,36
RECEITA C/VIDA DE MATERIAIS	0,00	0,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	20.581,16	173.773,73
RECEITAS FINANCEIRAS	20.581,16	173.773,73
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00	0,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	0,00	2.896,55
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	0,00	2.896,55
OUTRAS RECEITAS	50,00	7.099,77
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	50,00	5.939,48
OUTRAS RECEITAS	50,00	2.002,51
DESPESAS	103.271,86	756.337,60
DESPESAS CORRENTES	103.271,86	756.337,60
DESPESAS COM CUSTEIO	27.550,53	260.931,14
DESPESAS COM PESSOAL	12.933,28	101.756,84
DESPESAS COM COTAÇÃO E SERVIÇOS	6.739,40	73.144,38
DESPESAS DE EXPEDIENTE	8.579,22	55.009,89
DESPESAS C/IMPÓSITOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS	491,80	4.699,55
DESPESAS LEGAIS	0,00	1.396,35
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	412,00	4.723,21
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.338,37	11.864,80
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	120,67	2.286,57
ENCARGOS FINANCEIROS	35,60	148,10
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO	0,00	0,00
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	57.936,20	325.890,96
DESPESAS COM VIOLENCIAÇÃO	0,00	4.840,20
DESPESAS COM VIAGENS	3.146,65	62.264,00
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	450,00	3.280,21
DESPESAS C/ATMID. POLITICO-ASSOCIATIVA	36.892,15	55.839,90
DESPESAS COM PUBLICIDADE	18.516,20	180.871,78
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	9.951,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.785,13	168.495,50
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	14.260,01	138.819,36
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.834,22	31.876,14
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	(11.406,11)	55.057,81
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	59.057,81	59.057,81
ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS - FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO - FOLHA 3		
RUBRICAS / MESES	SET	ACUMULADO
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	74.543,24	85.142,01
FÓRUM MUNDIAL EDUC. RECEITAS DE INSCRIÇÕES	74.543,24	85.142,01
(-)FÓRUM MUNDIAL EDUC. DEVOLUÇÕES DE INSCRIÇÕES		
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	14.931,10	15.625,00
CPMF - F.M.E.	54,38	58,75
DESPESAS C/INFRA-ESTRUTURA - F.M.E.	183,00	183,00
DESPESAS BANCÁRIAS - F.M.E.	3.702,00	4.304,10
MATERIAL DE EXPEDIENTE - F.M.E.	9.201,78	9.201,78
PREVIDÊNCIA SOCIAL - F.M.E.	280,00	280,00
PROFESSORIA E PUBLICIDADE - F.M.E.	108,87	108,87
SERVIÇOS DE TERCEIROS - F.M.E.	1.400,00	1.400,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	59.612,14	69.517,01
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	69.517,01	69.517,01
RUBENS C. V. WEYNE - PRESIDENTE NINO H. FERREIRA DA SILVA - CONTADOR - CRC/RN Nº 14418		

MONTADORAS

Ford, um gigante com pés de barro?

Dia 11 de janeiro, a Ford Motor Co. anunciou um amplo plano de reestruturação que implicará no fechamento imediato de cinco fábricas nos EUA, em milhares de demissões e na eliminação de quatro modelos de veículos. A montadora planeja ainda vender US\$ 1 bilhão em ativos. A Ford anunciou que vai cortar, até 2005, cerca de 35 mil postos de trabalho, 22 mil deles somente nos EUA. Os cortes afetarão também suas unidades no Brasil, ameaçando inclusive a recém-inaugurada fábrica na Bahia.

Marco Aurélio Weissheimer

O nome "Ford", no Rio Grande do Sul, adquiriu um significado que transcende a mera referência a automóveis e uma certa concepção de prosperidade e desenvolvimento. O ex-governador Antônio Britto (na

época PMDB, hoje PPS) elegeu as grandes montadoras de automóveis como símbolo do seu projeto político. Quando o governo do PT assumiu o Estado, em 1999, e decidiu revisar o contrato firmado com a montadora, questionando o volume de concessões fiscais, o mundo caiu. O final da história, todos sabem: a Ford acabou indo para a Bahia.

Hoje, as nações mais desenvolvidas do planeta investem pesadamente em setores de alta tecnologia, como informática e biotecnologia, transferindo as indústrias pesadas de bens de consumo para os países da periferia do mercado capitalista global, cujos governos, em sua imensa maioria, estão sempre dispostos a fornecer generosas isenções fiscais para recebê-las. O caso da indústria automobilística é paradigmático. A crise mundial enfrentada pelo setor fornece hoje a oportunidade de questionar se essa farra fiscal, muito praticada no Brasil, está trazendo de fato

os benefícios anunciados. A crise da Ford, mais particularmente, é exemplar para analisar essa questão.

No último dia 4 de março, uma pequena nota publicada no site do jornalista paulista Giba Um (www.gibaum.com.br) levantou suspeitas sobre a vitalidade do investimento da Ford na Bahia. A nota dizia: "Bill Ford, o novo poderoso da Ford mundial, não quer apenas um super-corte no quadro de funcionários da montadora no Brasil. Quer, literalmente, desativar a fábrica da Bahia". A fonte do jornalista foi o jornal Crain's, de Nova York, especializado nos bastidores do mundo de negócios. A notícia também foi veiculada pelo site InsightNet, em seu Relatório Reservado (www.insightnet.com.br). Segundo o Relatório, a nova leva de cortes determinada pelo Comitê Executivo mundial da Ford não deverá poupar nem a recém-inaugurada fábrica da Bahia.

35 mil demissões e fechamento de fábricas

As notícias e especulações sobre demissões e fechamentos de unidades da Ford no Brasil cresceram nos últimos dois meses, em razão da grave crise que a montadora enfrenta em todo o mundo. No dia 11 de janeiro deste ano a Ford Motor Co. anunciou um amplo plano de reestruturação que implicará no fechamento imediato de cinco fábricas nos EUA, em milhares de demissões e na eliminação de quatro veículos. A montadora planeja ainda vender US\$ 1 bilhão em ativos. Até 2005, a Ford anunciou que vai cortar cerca de 35 mil postos de trabalho, sendo 22 mil deles somente nos EUA.

O presidente mundial da empresa, Bill Ford, bisneto do lendário Henry Ford, declarou em janeiro que a fábrica de Camaçari era um modelo daquilo que a Ford deveria perseguir em nível internacional. Segundo ele, a unidade da Bahia era a que apresentava menores custos em todo o mundo. Por isso, a nota de Giba Um causou surpresa, pois representaria uma radical mudança de planos. Por outro lado, a grave crise financeira que afeta a empresa pode levá-la a adotar medidas mais radicais. O último ano foi um dos piores da história da montadora, que registrou perdas de US\$ 502 milhões no último trimestre. No mesmo período do ano anterior, o lucro foi de US\$ 994 milhões. No Brasil, a empresa caiu para o quinto lugar no ranking das montadoras.

Além da crise econômica que atinge todo o setor automotivo, a Ford teve sua imagem abalada em razão de um defeito no pneu Firestone do modelo Ford Explorer, que foi apontado como responsável pela morte de mais de 100 pessoas. A recessão da economia norte-americana em 2001 agravou as dificuldades da Ford e de outras empresas do setor automotivo. A Daimler-Chrysler, que recentemente anunciou o fechamento de uma fábrica no Paraná, aponta para o fechamento de mais seis fábricas e a demissão de 26 mil trabalhadores nos EUA. A General Motors também anunciou que pretende demitir cerca de 10% de seus empregados nos EUA e na Europa. A situação da Ford é ainda mais grave. Além de problemas estruturais e de segurança de um de seus veículos, a empresa aventurou-se pelo mercado internacional de metais preciosos, perdendo a singela soma

de US\$ 1,1 bilhão em 2001, em uma operação de compra de paládio, metal utilizado na confecção de catalisadores.

Para tentar reverter esse quadro, Bill Ford assumiu o comando da empresa anunciando cortes radicais: demissão de 35 mil funcionários, fechamento de pelo menos cinco fábricas nos EUA e corte de 18% da produção. Inicialmente a unidade de Camaçari, na Bahia, estaria livre destas medidas amargas. No entanto, segundo alguns analistas do mercado automotivo, a gravidade da crise pode obrigar o bisneto de Henry Ford a cortar mais fundo.

A Ford na Bahia

A instalação da nova fábrica da Ford no Brasil foi motivo de grande polêmica. A unidade seria construída no Rio Grande do Sul, mas quando o governo do PT assumiu, em janeiro de 1999, solicitou a revisão do contrato que havia sido firmado com o governo anterior, por não concordar com as elevadas isenções fiscais concedidas à multinacional norte-americana. Aproveitando a disputa, o então senador Antônio Carlos Magalhães entrou em campo e, com a ajuda do presidente Fernando Henrique Cardoso e de uma alteração do regime automotivo, votada às pressas no Congresso Nacional, a fábrica acabou indo para a Bahia. Os partidos que fazem oposição ao PT no Rio Grande do Sul orientaram seus deputados federais para que votassem a favor da mudança do regime automotivo, possibilitando a ida da unidade para Camaçari.

Enquanto isso, na Assembléia Legislativa do RS, foi criada uma CPI da Ford para investigar por que a fábrica acabou não ficando no Estado. O argumento central do governo gaúcho foi que o volume de isenções fiscais e outros benefícios concedidos à empresa, conforme o contrato firmado no governo Britto, oferecia grandes riscos para a saúde financeira do Estado e inviabilizava a implantação de outros projetos de desenvolvimento econômico e social. Vários Estados brasileiros travaram um duelo mortal de concessão de isenções fiscais para receber montadoras de automóveis. O Paraná assistiu, ano passado, ao fechamento da unidade da Chrysler. Em São Paulo, os trabalhadores da Volkswagen viveram recentemente o fantasma da demissão em massa.

Obra de predação do Estado

O professor Iberê Luiz Nodari, do Departamento de Engenharia Mecânica da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, divulgou no final de 2001, pela internet, um texto onde analisa o impacto da instalação da fábrica da Ford na Bahia, qualificando-a como "uma espetacular obra de predação ao Estado". Quase ao mesmo tempo em que o texto começou a circular, a imprensa mundial passou a noticiar a grave crise vivida pela gigante do setor automotivo. Passados três meses, as notícias de demissões em massa e fechamento de fábricas se multiplicaram.

Segundo Nodari, há três anos, quando se soube que a Ford iria se transferir para a Bahia, houve um grande regozijo em seu departamento por se tratar do único curso de engenharia mecânica no estado. "Contando com a vinda da Ford começamos logo a fazer projetos de reestruturação do curso com foco na área automotiva pois não era só a Ford, vinham mais 32 sistemistas", conta o professor. Hoje, segundo ele, o desencanto é geral. "Com a fábrica produzindo desde o final de 2001, verifica-se que o projeto Ford é, antes de mais nada, uma espetacular obra de predação ao Estado".

Ainda segundo o relato de Nodari, a empresa não manifestou qualquer interesse em manter uma parceria de pesquisa com a Universidade, "mesmo com a procura insistente por parte de alguns professores deslumbrados". Até hoje, garante, não existe qualquer relação, ou mesmo proposta, da Ford ou das sistemistas com a Escola Politécnica, que é a Escola

que reúne os cursos de engenharia na Universidade Federal da Bahia.

O professor compara a situação da Ford na Bahia com a de outros estados. No curso de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Brasília, por exemplo, há um laboratório inteiro de desenvolvimento automotivo doado por uma outra grande montadora. O mesmo, em maior escala existe na Universidade Federal de Minas Gerais. "As vantagens para a implantação da 'Source' ou Centro de Inteligência da Ford, aqui na sua Capitania Hereditária, certamente devem ser de outra ordem", observa Nodari.

"Não pergunte o que a Ford pode fazer pela Bahia..."

Na sua avaliação, a Ford vem se adaptando a uma velha máxima do ex-presidente dos EUA, John F. Kennedy: "Não pergunte jamais o que a Ford pode fazer pela Bahia, mas sim o que a Bahia pode fazer pela Ford". Nodari conta que todo o universo da Ford, empresa mais fornecedoras, absorveu em torno de 20 engenheiros formados na Bahia. A maioria vem de fora e os salários são baixos – estão na faixa de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.500,00 com um nível mínimo de assistência social. E fornece um exemplo: a fábrica da Ford está localizada no complexo industrial de Camaçari que abriga o Pólo Petroquímico, distante cerca de 55 km de Salvador. A Ford não oferece nenhum tipo de transporte aos seus funcionários, ao contrário das outras empresas petroquímicas do complexo que transportam os seus trabalhadores.

A Ford, segundo o mesmo relato, exigiu que a prefeitura de Camaçari, cidade localizada a 7 quilômetros do distrito industrial do Pólo, constrísse uma ciclovia, de Camaçari até a fábrica. Os empregos, acrescenta o professor da UFBA, foram criados, em grande parte, no exterior. A empresa sistêmica responsável pela pintura, por exemplo, é uma norte-americana que trouxe todos os seus funcionários de nível superior do México e dos Estados Unidos. "Pelo jeito que este pessoal está comprando residências, e trazendo a família, vieram para ficar, pelo menos, por algum tempo", observa Nodari. Para os baianos restaram as vagas de emprego primário muito mal-remuneradas – uma média de R\$ 500,00.

Um exemplo de renúncia fiscal jamais visto

Conforme o texto do professor Nodari, as facilidades criadas pelo governo para estimular a instalação da montadora "mostram uma singular lição de subserviência e levaram a algumas concessões que são absolutamente escandalosas e lesivas ao erário público". A Ford exigiu, e obteve um contrato de financiamento de capital de giro no qual o Estado da Bahia compromete-se a financiar um montante equivalente a 12% do faturamento bruto da empresa, oriundo das operações com produtos nacionais ou importados comercializados pela Ford na Bahia. Para Nodari, é por isso que o pátio da empresa, estrategicamente escondido aos acessos normais da fábrica, está repleto de automóveis Ford Focus e camionetes Ranger vindos da Argentina.

Apesar desta operação estar travestida de financiamento de capital de giro, na prática ela representa um incentivo fiscal, uma vez que o financiamento corresponderá ao total do ICMS devido, com prazo para pagamento de 22 anos, sendo que sobre este valor não incidirão juros e correção monetária e ainda poderá ser liquidado antecipadamente com descontos jamais concedidos em nosso sistema financeiro. "É um exemplo de renúncia fiscal jamais visto", diz. Os números foram obtidos através de um relatório interno do Tribunal de Contas do Estado (TCE). "É uma facilidade tão imoral que não prevê qualquer correção, mesmo com o pagamento em 22

anos, após o qual se fará no valor histórico e com a possibilidade de desconto que pode alcançar a totalidade do débito. Que nome pode se dar a isto que não seja doação?"

Subserviência ou colonização

Além disso, denuncia Nodari, a medida é constitucionalmente ilegal porque, já que se caracteriza, francamente, como incentivo fiscal, deveria, obrigatoriamente exigir aprovação do Legislativo. Mas, na sua opinião, a demonstração mais contundente de "subserviência ou colonização" é encontrada quando se chega ao capítulo das penalidades no contrato do Estado da Bahia com a Ford: "Ao Estado cabe a perda total de valores pagos ou concedidos, a responsabilidade pelos compromissos assumidos pela montadora em decorrência de contrato e ressarcimento de pagamentos efetuados pela Ford no prazo de 60 dias. Uma possível inadimplência do Estado após a implantação e início de operação do empreendimento acarreta uma indenização de U\$ 269 milhões".

"Isso é despuoradamente abusivo e ilegal porque remete o Estado a ficar obrigado a cumprir as regras contratuais mesmo sob mudança de normas estaduais e federais e assumir compromisso em dólar quando é proibido, por lei, assumir débitos internos em moeda estrangeira. E fere também a Lei 4.320/64 que prevê...não consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio de empresas privada de fins lucrativos. O Estado também assumiu o compromisso de realizar grandes obras de infra-estrutura. Para construir o porto exclusivo da Ford, a Bahia está pagando R\$ 31 milhões à construtora Norberto Odebrecht. Esse porto terá uma área de estacionamento com capacidade para 6000 veículos.

No entanto, protesta Nodari, nem aí serão criados empregos porque a empresa que vai administrar o porto e operar os equipamentos é norte-americana, a Crowley. "Emprego nacional só para a mulher do cafezinho e para o vigilante", ironiza. A malha viária, em torno da fábrica, foi reconstruída segundo a exigência da Ford, de tal forma que as estradas que dela fazem parte são hoje as mais perfeitas do país. A terraplenagem da fábrica, os acessos e o resto da infraestrutura também foram doados pelo Estado.

Para atender a todas essas exigências da montadora, o Governo da Bahia foi obrigado a cortar fundo em outras áreas, especialmente nas políticas sociais. "A Educação e a Saúde encontram-se em um verdadeiro caos na Bahia. É proibido reprovar nas escolas estaduais, mesmo os alunos que não comparecem as provas passam de ano, pois o Estado não pode arcar com o custo de reprovação". O mais curioso é que a região metropolitana de Salvador, que já era recordista nacional de desemprego, teve o índice de desemprego aumentado depois da Ford. "Em janeiro chegou a 27,7%, enquanto no mesmo período o desemprego na região metropolitana de Porto Alegre – que deveria originalmente receber a fábrica da Ford – diminuiu!", admira-se o professor.

Nodari defende que, se o governo tivesse aplicado um terço do que deu à Ford para a Gurgel (uma empresa nacional), em cinco ou seis anos o Brasil estaria exportando automóveis desenvolvidos com tecnologia daqui. "Quem foi que desenvolveu a tecnologia do motor 1000, hoje a maior revolução na indústria automotiva nacional?", pergunta. E lembra a estratégia de desenvolvimento adotada pela Coreia. "Há 36 anos, a Coreia era um Paraguai em relação ao Brasil. Tem Ford na Coreia? Não, mas tem fábrica coreana nos Estados Unidos". O tempo dirá se a análise do professor da UFBA é correta, mas o que parece inegável, tendo em vista a crise mundial enfrentada pelo setor automobilístico, é que talvez seja mais prudente olhar com atenção para estes gigantes e verificar se eles não estão apoiados em pés de barro.

Arte de Mario Guerreiro

ARGENTINA

A suspensão do pagamento da dívida, decretada por Buenos Aires, em dezembro de 2001, está muito longe de ter sido a primeira. Desde o início do século XIX, ocorreram várias dezenas de suspensões de pagamentos durante as quatro grandes crises da dívida

Uma “dívida odiosa”

LE MONDE
diplomatiqueAD
VERSO

Éric Toussaint*

Em 1914, no auge da revolução liderada por Emiliano Zapata e Pancho Villa, o México suspendeu totalmente o pagamento de sua dívida

externa. País mais endividado do continente para com o seu vizinho do Norte, o México se limitaria, entre 1914 e 1942, a pagar quantias inteiramente simbólicas, com o objetivo exclusivo de manter a tranqüilidade. Longas negociações foram realizadas, de 1922 a 1942 (20 anos!), com um grupo de credores dirigido por um dos diretores do banco norte-americano Morgan. Nesse período, em 1938, o presidente Lázaro Cárdenas nacionalizaria, sem qualquer indenização, a indústria petrolífera que estava em mãos de empresas norte-americanas.

A medida, evidentemente benéfica para a população, provocou protestos dos credores. Mas, no final, a tenacidade do México acabaria compensando: em 1942, os credores desistiram de mais de 90% do valor de seus créditos e aceitaram pequenas indenizações pelas empresas que lhes haviam sido tomadas¹. Outros países, como o Brasil, a Bolívia e o Equador, também suspenderam (total ou parcialmente) os pagamentos a partir de 1931. No caso do Brasil, essa pausa seletiva nos pagamentos prolongou-se até 1943, ano em que foi negociado um acordo que permitiu reduzir a dívida em 30%. O Equador, por seu lado, manteria os pagamentos suspensos de 1931 até a década de 50.

Quatro grandes crises

Durante a década de 30, um total de 14 países suspendeu os pagamentos em caráter prolongado. Entre os grandes devedores, somente a Argentina manteve os pagamentos sem interrupção – o que, por sinal, já havia feito durante a crise anterior, no final do século XIX. Com uma consequência: comparando-se os seus resultados econômicos na década de 30 com os dos outros grandes devedores (México e Brasil), os da Argentina são muito piores!

A suspensão do pagamento da dívida decretada por Buenos Aires em dezembro de 2001, depois que as mobilizações populares levaram à renúncia do presidente De la Rúa, está muito longe, portanto, de ter sido a primeira. Desde que a maioria dos países latino-americanos conquistaram a independência, no início do século XIX, ocorreram várias dezenas de suspensões de pagamentos durante as quatro grandes crises da dívida (ler, nesta edição, “De crise em crise”, de Éric Toussaint).

Entre 1826 e 1850, por ocasião da primeira dessas crises, quase todos os países do continente suspenderam os pagamentos. Um quarto de século depois, em 1876, onze nações latino-americanas estavam com os pagamentos suspensos. Na década de 1930, 14 países decretaram a moratória². Entre 1982 e 2002, o México, a Bolívia, o Peru, o Equador, o Brasil e a Argentina interromperam, em ou outro momento, os pagamentos por um período de vários meses: a suspensão permitiu aos países endividados a criação de condições favoráveis à retomada posterior dos pagamentos, após uma renegociação com os seus credores.

Lucrando com a dívida

No dia 26 de novembro de 2001, Anne Krueger – a nº 2 do Fundo Monetário Internacional, nomeada pelo governo Bush – anunciava que o FMI projetava criar um

mecanismo que permitisse, aos países com dificuldades para pagar a dívida, a suspensão do pagamento por um período prolongado³. Isso permitira, em certos casos, evitar a explosão de uma crise que poderia forçar os credores privados a renunciarem a uma parte de suas pretensões, e, ao mesmo tempo, aliviaria o peso da dívida.

Para o FMI, trata-se de disciplinar os credores privados a fim de evitar que se repitam crises como a que abalou o México em 1994, o Sudeste asiático em 1997, a Rússia em 1998 e, ultimamente, a Turquia e a Argentina. No entanto, Anne Krueger explicou que seriam necessários de dois a três anos de discussões, dentro do FMI, para ativar esse mecanismo. A explosão de uma crise importante na Argentina antecipou-se, portanto.

É bastante claro que, para o FMI e os credores em geral, trata-se somente de uma interrupção⁴. A partir de agosto de 1982 – com a suspensão provisória do pagamento da dívida mexicana – eles souberam tirar proveito da situação. Todas as interrupções de pagamentos duraram menos de um ano e nunca foram decididas de comum acordo entre vários países. Consequentemente, os credores privados puderam fazer negócios lucrativos e o FMI conseguiu – sempre – receber com juros os empréstimos colocados à disposição dos devedores para que estes pudessem honrar seus compromissos internacionais e continuar, ou recomeçar, os pagamentos suspensos (leia, nesta edição, “Jogando pesado”, de Eric Toussaint).

A omissão de Alfonsín

A atual dívida externa pública da Argentina é de mais de 130 bilhões de dólares. Mas, durante os 25 anos que se seguiram ao início da ditadura militar (março de 1976), ela pagou mais de 200 bilhões de dólares! Durante os “anos de chumbo” (1976-1983), a dívida externa foi multiplicada por 5,5, passando de 8 para 45 bilhões de dólares. O FMI apoiou e aconselhou sistematicamente os generais, chegando a manter como representante, junto ao Banco Central argentino, um funcionário superior,



Mario Guerreiro

Dante Simone. No último período da ditadura militar, a esmagadora maioria da dívida externa privada foi transferida, ilegalmente, para a responsabilidade do Estado.

Segundo o direito internacional, as dívidas assumidas por um regime ditatorial constituem uma “dívida odiosa”. Por ocasião da volta à democracia, em 1985, o presidente Raúl Alfonsín teria, portanto, argumentos para não aceitar as pressões do FMI e dos credores, porém nada fez. Ao contrário: no começo do regime constitucional, assinou um acordo com o FMI comprometendo seu país a pagar toda a dívida até o último centavo. As dívidas assumidas posteriormente serviram, basicamente, para o pagamento das anteriores.

Um cartel de endividados?

Em julho de 2000, após 18 meses de tramitação judicial, um tribunal argentino emitiu uma sentença, de 195 páginas, demonstrando o caráter ilícito da dívida, a culpa dos credores privados internacionais, do FMI e do Banco Central (Federal Reserve) norte-americano⁵. O documento demonstra a averse dos capitalistas argentinos que, sistematicamente, exportaram seus capitais para o exterior, após terem esvaziado a economia nacional da sua substância e de suas indústrias. Com base nisso, os cidadãos têm todo o direito de exigir do presidente Eduardo Duhalde que seja mantida a suspensão dos pagamentos da dívida para conseguir que ela seja cancelada.

Um regime que definisse como prioridade, de forma coerente, o atendimento aos direitos humanos fundamentais de seus cidadãos, que tomasse medidas concretas nesse sentido, teria um enorme apoio popular não só na Argentina, mas também em muitos outros países. O Brasil, cuja dívida chega atualmente a 250 bilhões de

dólares, terá eleições presidenciais em outubro de 2002. O novo presidente poderia aliar-se à Argentina diante dos credores. Por que não fazer um cartel dos endividados com a Venezuela de Hugo Chávez? Isso poderia levar o continente latino-americano a uma virada histórica.



Jogando pesado

Considerando toda a América Latina, de 1980 a 2000, os credores privados receberam em pagamento 192 bilhões de dólares a mais do que a quantia que haviam emprestado. Os anos 1999 e 2000 foram particularmente rentáveis: os países latino-americanos pagaram 86,2 bilhões de dólares a mais do que receberam em novos empréstimos nesses dois anos.

Ao contrário do que normalmente se pensa, o Fundo Monetário Internacional não ajuda os países endividados por uma questão de generosidade. Paga-se um preço alto por suas intervenções. Entre 1980 e dezembro de 2000, o FMI colocou 71,3 bilhões de dólares à disposição dos países latino-americanos, que tiveram que lhe pagar 86,7 bilhões. O que significa um lucro de 15,4 bilhões de dólares.

De 1982 a 2000, a América Latina pagou a seus credores 1,45 trilhão de dólares, ou seja, mais de quatro vezes o volume total de sua dívida em 1982.

*Presidente do Comitê pelo Cancelamento da Dívida do Terceiro-Mundo. Autor de *La Bourse ou la Vie. La Finance contre les Peuples*, ed. Syllepse/CADTM, Paris-Bruxelles, 1999.

1 - Para uma análise pormenorizada, ler, de Carlos Marichal, *A Century of Debt Crises in Latin America, 1820-1930*, ed. Princeton University Press, 1989; e, do mesmo autor, *La deuda externa: el manejo coacti-*

De crise em crise

Em dois séculos, as economias da América Latina foram abaladas por quatro crises da dívida. A primeira estourou em 1826, prolongando-se até meados do século XIX. A segunda começou em 1876, terminando nos primeiros anos do século XX. A terceira durou de 1931 ao final da década de 40. A quarta, a que assistimos, explodiu em 1982.

As origens das crises e os momentos em que surgem estão intimamente ligados ao ritmo da economia mundial e, principalmente, dos países industrializados. As fases preparatórias que precedem a explosão – durante as quais se verifica um aumento considerável da dívida – correspondem, sempre, ao fim de um longo ciclo de expansão dos países mais industrializados. Normalmente, essa eclosão é provocada por uma recessão, ou um crack, onde as economias são mais industrializadas.

Histórico das crises

A primeira crise, de 1826, foi decorrente do crack financeiro da Bolsa de Londres, em dezembro de 1825. A segunda, que explodiu em 1873, se deu após um crack da Bolsa de Viena, seguido de um outro em Nova York. A crise de 1931 situa-se na onda de choque do colapso de Wall Street, em 1929. O quarto terremoto, em 1982, foi decorrente do efeito combinado da segunda recessão econômica mundial do pós-guerra (1980-1982) e da alta das taxas de juros decidida pelo Banco Central (Federal Reserve) norte-americano em 1979. Cada uma dessas quatro crises durou de 15 a 30 anos. Elas envolveram todos os países da América Latina e do Caribe, praticamente sem exceção.

As dificuldades que atravessa atualmente a Argentina – e que terão conseqüências em escala continental, e talvez além – são uma manifestação evidente da continuação da quarta crise da dívida latino-americana, que eclodiu em 1982.

Perda da soberania nacional

É claro que essa desordem tem características próprias, mas as conclusões de uma análise histórica e econômica rigorosa destacam semelhanças óbvias com as três precedentes. Em cada um dos casos, as turbulências foram precedidas por um frenesi de empréstimos concedidos a países latino-americanos pelos mercados financeiros do Norte, sob a forma de títulos e/ou empréstimos bancários.

De uma maneira geral, as crises traduziram-se pela transferência maciça de capitais dos países endividados para os credores dos países industrializados. Normalmente, fazem-se acompanhar por uma perda dos elementos da soberania nacional: para garantir o pagamento, os credores deram-se o direito de tomar adiantada a quantia referente a taxas de importação ou impostos (caso do Haiti, Peru e República Dominicana, na década de 30); reter os principais recursos de exportação (caso do México, entre 1995 e 1997: as rendas referentes ao petróleo passavam por uma conta bancária em Nova York, controlada pelo Federal Reserve dos Estados Unidos); impor sua jurisdição nacional para tratar de casos de litígio e, em alguns casos, intervir militarmente para recuperar suas dívidas (o porto de Caracas foi bloqueado, em 1902, por navios de guerra de várias potências industriais). Vários setores de economias endividadas passaram, por inteiro, para as mãos dos credores.

Tradução Jô Amado

vo en la política financiera mexicana, 1885-1995, texto mimeografado, México, 1999.

3 - Veja, no site do FMI: www.imf.org/external/np/speeches/2001/112601.htm

4 - O FMI concedeu o prazo de um ano a Buenos Aires para um pagamento de 741 milhões de dólares, o que deveria ser feito a 17 de janeiro de 2002.

5 - A sentença encontra-se no site do CADTM: <http://users.skynet.be/cadtm> "Dossier Argentine".

ELEIÇÕES 2002

Oposição contra a verticalização das coligações

Líderes do PT, PC do B, PSB, PPS e PL entregaram, no último dia 13, ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação direta de inconstitucionalidade contra a resolução que verticaliza as coligações nas próximas eleições. A instrução determina que os adversários na sucessão presidencial não poderão ser aliados nos pleitos estaduais. Antes disso, no último dia 6, os partidos já haviam apresentado um projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos das normas do TSE. Ficou decidido também encaminhar uma consulta ao Tribunal para esclarecer questões obscuras como as coligações sem candidatos à Presidência da República.

A resolução do STF tem defensores no Congresso e fora dele, inclusive Fernando Henrique Cardoso, que classificou a verticalização das coligações como o início de uma necessária transformação eleitoral. No entanto, pouca coisa sobre uma reforma eleitoral entrou em discussão produtiva desde que o tema foi incluído na pauta, há sete anos. A única mudança aprovada foi a emenda que permite a reeleição. Agora, em pleno ano eleitoral, a iniciativa é considerada no mínimo inoportuna por cientistas políticos, já que qualquer mudança na lei deve ser aprovada um ano antes da eleição, como diz o Artigo 16 da Constituição.

Os partidos de oposição alegam que a decisão alterou as regras faltando apenas sete meses para a eleição. Sustentam que a decisão invade o direito das legendas de definirem sua estrutura, organização e funcionamento. Além disso, essa intervenção do TSE invade a competência do Congresso, já que à Justiça Eleitoral compete, única e exclusivamente, a interpretação das disposições legais e constitucionais e a aplicação da norma, não cabendo a ela modificar ou a elaborar leis.

Há consenso sobre a necessidade da Reforma Eleitoral, mas divergências nas questões que cada partido elege como fundamentais. Basicamente, o PT defende o financiamento público, a fidelidade partidária e listas fechadas. A propostas do PSDB prevê financiamento público, parlamentarismo, cláusula da barreira, fidelidade partidária e voto facultativo, enquanto a do PFL, parlamentarismo e fidelidade partidária e a do PPS, financiamento público com recursos privados regulados, listas fechadas e parlamentarismo.

A principal crítica do PT é com relação à verticalização nunca ter sido objeto de discussão com os partidos políticos. "A regra da verticalização das coligações, inserida no transcurso do processo eleitoral de fato, decorre muito mais de inspiração política do que de oportunidade jurídica.", diz Márcio Luiz Silva, da Assessoria Técnica do PT na Câmara dos Deputados.

Tania Jamardo Faillace - jornalista e escritora (tjfaillace@terra.com.br)

Este texto está propondo uma ação social conjunta em defesa do doente e do deficiente mental, já foi encaminhado a 40 entidades profissionais, religiosas e assistenciais

Doença mental: a excluída

Durante o II Fórum Social Mundial, entre as atividades concernentes à Saúde Pública, programou-se uma oficina sobre o Projeto Morada São Pedro, referente à área pertencente ao Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre.

O leigo desinformado poderia daí deduzir que, sendo uma oficina, haveria debates, propostas, grupos de trabalho. E que, tratando-se da área da Saúde, seria exposto algum projeto de atendimento ao doente dentro de uma política geral de Saúde Mental para o estado.

Ledo engano. Tratou-se tão só de comunicar a retaliação da área física do hospital em benefício de atividades ligadas ao esporte, à recreação, ao ensino fundamental (transferência de uma escola estadual) e à urbanização das áreas de invasão adjacentes.

Uma concessão foi feita aos doentes: 144 deles foram escolhidos para desfrutarem de suas minimoradias junto aos sem-teto, justamente aqueles em condições de se auto-determinarem, já que não sofrerão qualquer ingerência do hospital.

E os demais? E os milhares de doentes mentais do estado? Uma estagiária de Psicologia presente chegou a afirmar que não existem "doentes mentais", que os médicos não sabem o que dizem, isto é, a pessoa dispendo de condições razoáveis de sobrevivência jamais sofrerá de perturbações mentais ou de deficiências(!). Haja preparo e nível técnico como esse!

Antecedentes

A história é bem mais simples

A saúde nunca foi prioritária no Brasil, a menos que cause prejuízos econômicos de monta. E os doentes mentais e deficientes, cuja condição tende a ser vitalícia, com melhoras limitadas, não interessam à sociedade capitalista.

A situação piorou, quando Antônio Britto, então ministro da Previdência Social, adonou-se da verba correspondente ao Inamps (cerca de 7% das contribuições) para completar aposentadorias e pensões desfalcadas por décadas de incúria, malversações, sonegações e roubos descarados (lembrem Georgina e o juiz Lalau, por exemplo). Sem fonte própria de sustentação, acabou-se o Inamps, e criou-se uma ficção chamada SUS, que depende de verbas orçamentárias em vários níveis, todas elas contingenciadas pela famosa lei de "responsabilidade fiscal", que ignora ser a administração pública fundamentalmente uma prestação de serviços à população que depende de profissionais qualificados (Saúde, Educação, Segurança, etc.).

Assim, na área da Saúde, priorizou-se o que dava Ibope (epidemia da aids e remédios mais baratos, graças à pressão organizada dos interessados). Que sobrou para a Saúde Mental, cujos sujeitos não votam, não se organizam, não adquirem carros nem apartamentos na planta, e são incapazes jurídicos?

São os descartáveis, os incômodos, aqueles de cuja vizinhança ninguém quer saber.

Da ditadura à redemocratização

Com a expulsão dos posseiros da avenida Ipiranga, durante a gestão do interventor Célio Marques Fernandes na prefeitura de Porto Alegre, a região do hospital se valorizou. A instalação da PUC e, posteriormente, dos shoppings, aumentaram essa valorização.

Soberbo, mas sucateado, no centro de uma gleba magnífica, o São Pedro se tornou alvo da cobiça de algumas empresas e entidades ricas e desejosas de ampliar seus espaços e especular com o valor da terra.

O assédio ao São Pedro recrudescer nos governos

estaduais do PMDB. Durante o governo Britto, foi sugerido um acordo entre o estado e uma empresa de comunicação para a aquisição da área. Em consequência, ao invés de ser proposta uma reformulação e modernização da comunidade terapêutica em termos técnicos, partindo-se para possíveis alternativas viáveis de descentralização do atendimento psiquiátrico, tornou-se moda pregar a volta ao secular sistema de atendimento do doente por sua própria família, pouco importando suas condições econômicas, de tempo, de espaço físico ou capacidade técnica para esse desempenho. Pôs-se no lixo o conhecimento revelado pela Psicanálise de que o desencadeamento da doença mental se dá majoritariamente dentro do círculo familiar. Quer dizer, o pior lugar para se manter um doente em fase aguda é sua casa, e as pessoas menos indicadas para tratá-lo são seus parentes. Isso, desprezando-se a desestruturação do grupo familiar que a doença mental ocasiona.

Foram então despejados cerca de cinco mil pacientes que lotavam as dependências dos vários pavilhões, conservando-se cerca de 10% deles, os mais antigos e sem raízes familiares. Quanto aos despejados, ninguém sabe o que lhes aconteceu: se encontraram algum abrigo, se foram trancados em casa por seus parentes (o que configura o crime de cárcere privado, mas de que outra forma se impedirá que o doente em surto fuja e ponha em risco aos outros e a si mesmo?), ou morreram por abandono e falta de assistência.

Eram somente loucos. Quem se interessaria por eles? Pois alguns se interessaram, e empreenderam uma ação contra o Estado, ainda em tramitação, e baseada na situação jurídica do imóvel – o que impediu o negócio antes cogitado.

Hoje

Que acontecerá aos doentes remanescentes, caso a área do São Pedro se torne um outro (mais um!) centro de lazer, cultura e esportes?

Nada existe de concreto, apenas a suposição de que talvez se faça uma permuta por uma propriedade mais modesta, em lugar menos nobre. A falada descentralização não ocorreu e parece não haver qualquer programa em andamento para executá-la – se há, é mantido em segredo.

Na atualidade, a situação do doente mental é a seguinte, no município e estado: Segundo uma estatística da Secretaria Municipal da Saúde, no ano passado foram realizadas quatro mil consultas psiquiátricas. Considerando que um tratamento ambulatorial em casos de transtornos emocionais leves, tem uma duração mínima de seis a 12 meses, com consultas bi-semanais de 40 a 50 minutos, percebe-se a irrelevância do número apurado. A prática, portanto, resume-se a receitar medicamentos ansiolíticos, antipsicóticos, antidepressivos, sem acompanhamento de seus efeitos colaterais sobre os pacientes.

Idosos e doentes crônicos: out!

Para agravar a situação, o SUS, em Porto Alegre, por instrução expressa da municipalidade, proíbe a baixa de pacientes idosos em surto psicótico.

Razão: apenas dois hospitais são conveniados: o São Pedro (em desativação) e o Espírita. Ambos colocam limites à idade do paciente, alegando não terem condições de zelar pela integridade física dos idosos, que costumam ser agredidos pelos pacientes jovens e/ou drogados, todos mantidos juntos, em promiscuidade, como também é de praxe nos presídios.

Se um médico se atreve a contrariar essa diretriz, corre o risco de não ver seu contrato renovado. Essa, aliás, é uma das consequências do desmantelamento do Estatuto do Funcionário Público, o qual, desestabilizando o servidor, impede sua mobilização por condições adequadas de trabalho e melhoria dos serviços.

Ao final, restam os hospitais gerais particulares, que cobram R\$ 200,00 pela remoção, e de R\$ 250,00 a R\$ 300,00 como diária.

Bom, se é assim tão difícil obter a internação de um paciente em surto agudo, que dizer dos enfermos crônicos, dos demenciados ou totalmente dependentes?

Existem casas e clínicas geriátricas. Preços: de R\$ 450,00 a R\$ 2.300,00 mensais. Não há estabelecimentos congêneres em nível público.

Total... por que o Estado haveria de ocupar-se com pessoas desativadas econômica, social e politicamente?

Deficientes

Finalmente, quem se ocupa dos deficientes mentais?

Somente instituições particulares ou mantidas por associações de familiares.

Os deficientes vegetativos contam com uma única casa mantida por doações: a Casa do Menino Jesus de Praga, atendida por voluntárias que não recebem salário nem ajuda de custas.

E os autistas? O Estado saberá que eles existem?

A alternativa que a sofrida população é obrigada a encarar, quando um de seus familiares sofre de uma incapacidade vitalícia, é o sacrifício também vitalício de outra pessoa próxima, impedida de trabalhar, estudar, viajar ou ter uma vida própria.

Uma lei de Marcos Rolim em nível municipal acabou com as instituições psiquiátricas estatais: cada um que se vire por si. O governo federal adorou. E Paulo Delgado foi o autor de uma lei idêntica a nível federal.

Em resumo, para o Estado brasileiro, a doença mental não existe.

Uma proposta

A área do hospital São Pedro, por sua excepcionalidade, amplitude e excelente localização poderia transformar-se num grande centro referencial de Saúde Mental e pesquisa terapêutica (inclusive farmacológica e bioquímica), se houvesse vontade política, se a Saúde Mental fosse encarada com a mesma seriedade com que se encara a epidemia da aids no Brasil.

A mente é o que o homem tem de mais precioso, aquilo que lhe dá identidade e capacidade de superar os desafios da vida, e crescer. É aquilo que o distingue dos demais animais, que lhe permite, inclusive, tornar-se responsável por seu meio.

Suas deficiências ou transtorno de seu funcionamento, são o que de mais trágico pode acontecer a uma pessoa. O sofrimento de um doente mental, que perde o controle de seu psiquismo, que se aliena de si mesmo, poucas vezes é compreendido sequer pelos que lhe estão próximos. Como, então, preferir uma praça de esportes ao tratamento e proteção de pessoas incapazes?

É desumano.

Esperamos que outras pessoas e entidades se levantem na defesa do doente mental e na priorização de seu atendimento sobre as ambições mundanas das comunidades, as ambições financeiras das empresas e as ambições políticas do Estado Mínimo, que economiza no essencial para gastar no supérfluo – perdem-se de vista os centros de eventos e marquetagem espalhados pelos espaços públicos deste País.



Elisa Lucinda - poetisa

HIPER
MÍDIA



Aviso da lua que menstrua

*Moço, cuidado com ela!
Há que se ter cautela com esta
gente que menstrua...
Imagine uma cachoeira às
avessas:
cada ato que faz, o corpo confessa.
Cuidado, moço
às vezes parece erva, parece hera
cuidado com essa gente que gera
essa gente que se metamorfoseia
metade legível, metade sereia
Barriga cresce, explode
humanidades
e ainda volta pro lugar que
é o mesmo lugar
mas é outro lugar, aí é que está:
cada palavra dita, antes de dizer,
homem, reflita...
Sua boca maldita não sabe que
cada palavra é ingrediente
que vai cair no mesmo planeta
panela.
Cuidado com cada letra que
manda pra ela!
Tá acostumada a viver por dentro,
transforma fato em elemento
a tudo refoga, ferve, frita
ainda sangra tudo no
próximo mês.
Cuidado moço, quando cê
pensa que escapou
é que chegou a sua vez!
Porque sou muito sua amiga
é que tô falando na "vera"
conheço cada uma, além de ser
uma delas.
Você que saiu da fresta dela
delicada força quando voltar a ela.
Não vá sem ser convidado
ou sem os devidos cortejos...*

*Às vezes pela ponte de um beijo
já se alcança a "cidade secreta"
a Atlântida perdida.
Outras vezes várias metidas
e mais se afasta
Cuidado, moço, por você
ter uma cobra entre
cai na condição de ser displicente
diante da própria serpente.
Ela é uma cobra de avental.
Não despreze a meditação
doméstica.
É da poeira do cotidiano
que a mulher extrai filosofia
cozinhando, costurando
e você chega com a mão no bolso
julgando a arte do almoço: Eca!...
Você que não sabe onde está
sua cueca?
Ah, meu cão desejado
tão preocupado em rosnar,
ladrar e latir
então esquece de morder devagar
esquece de saber curtir, dividir.
E aí quando quer agredir
chama de vaca e galinha.
São duas dignas vizinhas
do mundo daqui!
O que você tem pra falar de vaca?
O que você tem eu vou dizer
e não se queixe:
VACA é sua mãe. De leite.
Vaca e galinha...
ora, não ofende. Enaltece, elogia:
comparando rainha com rainha
óvulo, ovo e leite
pensando que está agredindo
que tá falando palavrão imundo.
Tá, não, homem. Tá citando o prin-
cípio do mundo!*

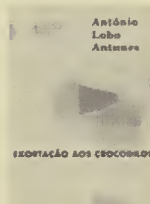
Francisca Braga

ORELHA



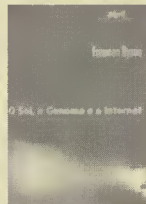
A confraria do medo

Rex Stout
Sem dar um passo na rua, Nero Wolfe vai elucidar os mistérios que envolvem uma sinistra confraria. Se há uma coisa que ele odeia é sair de casa, talvez até por uma desconfortável obesidade. Por isso, de seu apartamento, o excêntrico detetive prefere despachar o assistente Archie Godwin para buscar os fatos que sustentarão sua intuição infalível. Companhia das Letras, 368p. R\$ 28,00.



Exortação aos Crocodilos

António Lobo Antunes
Do polêmico escritor português António Lobo Antunes. Quatro mulheres compartilham um segredo ligado aos homens com quem vivem. Suas memórias e a opressão de carregar o mistério. Por meio de monólogos interiores, Antunes conta a história fictícia da rede de extrema-direita que cometeu atentados em Portugal nos anos setenta. Editora Rocco, 360 páginas, R\$ 36,00.




O Sol, o genoma e a internet


Freeman Dyson
O autor aponta como diferentes áreas científicas poderiam obter resultados úteis mais depressa e a custo mais baixo. Defende a idéia de que o Sol, o genoma e a internet são três forças revolucionárias que, se utilizadas adequadamente, seriam "suficientemente poderosas para reverter alguns dos piores males de nosso tempo". Companhia das Letras, 144 páginas, R\$ 22,50.

WWW

Curiosidade

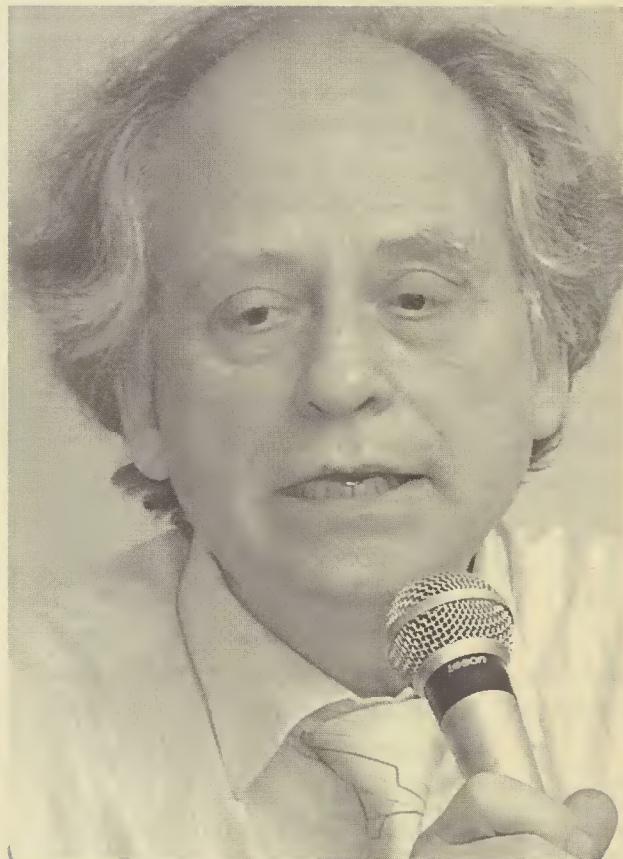
 cruiser.com.Br
A volta ao mundo em 24 câmeras de internet. Permite acompanhar os diferentes fusos horários do planeta.

Economia

 abordo.com.br/mctavares/
Endereço oficial da economista Maria da Conceição Tavares na internet. Traz artigos e pronunciamentos.

"Porto Alegre é o desaguadouro natural das redes internacionais"

Cristina Lima



Del Roio: "uma das piores coisas do neoliberalismo é destruir utopias"

O brasileiro José Luís Del Roio mora na Itália desde os anos 70, onde ajudou a criar o mais forte movimento de resistência ao neoliberalismo do continente: o italiano. Do Brasil, lembra as fugas das tentativas de prisão por parte dos militares, episódios que lhe salvaram a vida algumas vezes. "Se me prendessem, provavelmente hoje eu estivesse morto", diz. Na Itália, construiu, peça por peça, levadas clandestinamente do Brasil, um arquivo da história do movimento operário brasileiro. A memória dos trabalhadores do movimento anarquista, da migração, os documentos da origem do comunismo no Brasil, documentos da terceira internacional e da resistência de 64 em diante foram reunidos e conservados na Europa, e trazidos, depois da anistia, para o Brasil. Nesta entrevista, Del Roio fala, entre outras coisas, de resistência e do atual momento do movimento internacional antineoliberalismo.

Jéferson Assunção

porque colocava em contato culturas que não se conheciam, de índios com índios, negros com índios, da população trabalhadora com problemas estranhos e globais... Falava-se naquele momento da primeira globalização. Daí aconteceu uma série de coisas, como a sublevação de Chiapas, a formação do primeiro Fórum Mundial contra o Neoliberalismo, em Chiapas, depois Barcelona e Belém... Daí começaram a nascer outras organizações, como a Marcha das Mulheres, e outras. Também se aproximava o ano 2000 e se criou, sobretudo no mundo cristão, a idéia da redistribuição e da liquidação da dívida externa. Surgiu o Attac, como uma visão de que era necessário paralisar a circulação do capital da forma que era e surgiu o Fórum Mundial das Alternativas, que é a minha organização, que já tentava trabalhar sobretudo com países periféricos da Ásia e da África. Essa série de redes encontrou seu desaguadouro natural em Porto Alegre. Era o antídoto que estava se formando.

Adverso - A democracia participativa tem um peso nesse processo, de trazer esses movimentos para Porto Alegre?

Del Roio - Ajudou, porque atraiu. Qual era o fator principal que tinha aqui? Era exatamente a democracia participativa. Então vamos lá, vamos discutir esse fenômeno.

"Qual era o fator principal que tinha aqui? Exatamente a democracia participativa"

Não tanto os detalhes técnicos, mas o conceito, este que está ligado, talvez de longe, mas é um conceito da comuna de Paris, cuja pergunta era como fazer o Estado, a comuna, o município, ir afundando no interior da massa, do povo?

Adverso - Isso de certa forma encantou os movimentos sociais europeus...

Del Roio - Isso é atraente. Se você liga este conceito libertário e de concepção de um Estado totalmente diferente, antineoliberal, porque o neoliberalismo separa sempre a democracia da população – eles sempre querem um prefeito que mande mais, mais e mais. Todo mundo é xerife, todo mundo dando tiro... É claro que a democracia participativa é o contrário disso. Então, não tenha dúvida que atraiu e o Fórum de Porto Alegre hoje representa a esperança da humanidade. Hoje, aqueles que não suportam mais a sua vida começam a olhar para o Fórum, esperam muito do Fórum... Isto até é uma desgraça, esperam até demais.

Adverso - A Itália tem hoje uma forte organização de movimentos que lutam contra a globalização financeira. Como o movimento se organizou no país?

Del Roio - Cada país tem as suas especificidades. A especificidade italiana é que se trata de um país historicamente muito dividido em poderes locais e estes poderes

acabaram influenciando a formação do movimento ou do fórum italiano, que é muito forte em todo o território. É o movimento mais forte da Europa, sem dúvida nenhuma, mas que peca pelo extremo número de organizações. São milhares de organizações, originadas pelas próprias características históricas da Itália. E o Fórum se criou, por isso, de forma difícil. Nasceu em Gênova, em julho, e num batismo de violência muito pesada. Aí demonstrou força porque, mesmo com tudo em contrário, invadiu Gênova com 300 mil pessoas, imediatamente depois que começou a guerra (do Estados Unidos contra o Afeganistão), conseguiu organizar uma marcha de 25 quilômetros de 400 mil pessoas. Conseguiu fazer em Roma – quando o governo convocou uma manifestação em apoio aos Estados Unidos – uma manifestação contra a guerra. Mesmo com o Estado mobilizando tudo, o movimento, sem dinheiro e com muita dificuldade, conseguiu ter cinco vezes mais participantes.

Adverso - Vocês estão pensando em fazer outro fórum como o de Gênova?

Del Roio - Nossos esforços este ano são para fazer uma mobilização grande, internacional, durante a reunião da FAO (Food and Agriculture Organizations), das Nações Unidas. O movimento fará uma manifestação gigantesca, pacífica e propositiva. Neste sentido, vamos lutar muito, se organizar muito, fazer minifóruns, para levar uma posição propositiva à FAO. Nós diremos aos dirigentes da FAO e a todos os chefes de Estado que não é possível que a fome aumente no mundo. Não é possível que eles tenham um projeto de diminuir a fome em 25 anos, como eles pretendem. Não existe isso. Se você passa pela rua e vê dez pessoas morrendo de fome, o que vai dizer à metade delas? "Para vocês eu não tenho, mesmo, então, paciência, vocês vão morrer". Para a outra metade: "em 25 anos vocês vão ter o que comer". Isso é dar risada da miséria.

"O neoliberalismo separa sempre a democracia da população"

Adverso - Quando será a reunião da FAO?

Del Roio - Ainda não está marcada, mas deverá ser em outubro ou novembro. A sede fixa da FAO é Roma. Agora, não é só isso, nós temos um longo percurso de construir o Fórum e criar projetos comuns. Além disso, nós temos um problema complicado na Itália: a chamada esquerda institucional, ou esquerda moderada, está aos pedaços. Nós temos um governo de fascistas, ou com fascistas dentro, um governo entre o populismo e o fascismo. Isto é um problema sério na Europa. Então, temos que cobrir terrenos que não são os nossos, inclusive de oposição política ao governo Berlusconi. Essa é uma tarefa pesada para o movimento.

AD verso - **Como o senhor vê a construção do que se tem chamado de um contrapoder mundial? É possível que este contrapoder realmente se estabeleça?**

Del Roio - É. Na verdade, os anos de 89 e 92 foram terríveis, porque objetivamente, foram os anos da vitória do neoliberalismo, a destruição do campo socialista na Europa, via ofensiva neoliberal, que fez a esquerda perder muita perspectiva. E uma das piores coisas do neoliberalismo é destruir utopias. O neoliberalismo trabalha nisso: a história parou. Não existe mais história e se não existe mais história, não existe mais utopia. A humanidade se move pela utopia. Utopia cria movimento, pode ser que ela não exista em si mas cria um movimento para marchar rumo a ela. E é assim que a história avança. Qual é a chave para o avanço da história, pelo menos a partir da Revolução Francesa e nos últimos 200 anos? A chave é a luta pela igualdade, de homens e mulheres, a democracia e, muito mais recentemente, a clareza da luta pela salvação do planeta, a idéia de que o homem é um pedacinho da natureza, que não pode viver sem isso, não pode viver mastigando ferro ou bebendo mercúrio. Tem que viver de árvore, de água, de peixe. Bom, o neoliberalismo paralisou isso. Claro que a história não pára e, então se criou uma série de anticorpos.

Adverso - Em que momento estes "anticorpos" surgiram?

Del Roio - A gente pode lembrar que já em 92 nasceu a luta contra um tipo de comemoração chamada a descoberta da América, enquanto a Europa glorificava a figura de Colombo, e com isso glorificava a expansão da sua cultura, o que significava o genocídio dos índios da América, significava escravidão dos africanos negros e significava, também, o início de um ataque feroz, o que se lembra pouco no Brasil, do Ocidente contra a Ásia. Aí começou o debate, de que aliás eu fiz parte. Participei da comissão europeia contra as comemorações de Colombo, então conheço bem isso. Fui um dos que organizaram isso. E deste movimento nasceu o movimento dos 500 anos de resistência índia, negra e popular. E é interessante,